



IMAGENS DA JUSTIÇA E O CURRÍCULO DOS CURSOS DE DIREITO: UMA REFLEXÃO POSSÍVEL¹

Natália Ferreira da Cunha - UFPel
Bruna Flores Prates – UFPel
Maria Cecília Lorea Leite - UFPel

Resumo: O presente trabalho faz parte da pesquisa realizada junto ao projeto "Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica: um estudo comparativo", financiado pelo CNPq. Trata da análise de uma imagem produzida por um docente do curso de Direito de uma Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre imagens da justiça e seus reflexos no currículo do curso. Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir, a partir de uma imagem, concepções curriculares no curso de Direito, tendo em vista que os elementos imagéticos podem ser entendidos como produtores da realidade em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos. A análise metodológica acontece através do Método Documentário de Interpretação, proposto por Karl Mannheim e atualizado por Ralf Bohnsack, o qual compreende as imagens como constituintes de dado imaginário e produtoras da realidade social e não apenas como reflexos de uma dada mentalidade. No mesmo sentido dos estudos que vêm sendo realizados a partir do referido projeto, pode-se perceber a carência de pesquisas com imagens no campo jurídico, sobretudo para refletir sobre o currículo do curso, o que justifica a pertinência e relevância da presente proposta.

Palavras-chave: imagens; currículo; cursos de Direito.

Introdução

Este trabalho se situa no contexto da pesquisa “Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica: um estudo comparativo”, financiado pelo CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que tem como foco estudos sobre

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



produções imagéticas de estudantes e de docentes de cursos de Direito de universidades públicas, no Brasil e em Angola. O grupo de pesquisa Laboratório Imagens da Justiça, a partir de seus pesquisadores, se propôs a explorar as imagens do seu acervo de imagens da justiça, resultante de pesquisa já desenvolvida anteriormente. No trabalho em questão, nossa proposta enquanto integrantes do grupo, é de analisar uma imagem da justiça produzida por um docente do curso de Direito de uma Universidade pública do Rio Grande do Sul, com o intuito de refletir sobre o currículo do curso a partir desta produção imagética.

Os elementos imagéticos, analisados com fundamento no Método Documentário de Interpretação, possibilitam reflexões sobre a produção curricular do curso de Direito, permitindo diálogos para pensarmos sobre currículo, pedagogia jurídica e justiça curricular. Deste modo, ao nos debruçarmos sobre o estudo em imagens, propomos uma pesquisa com caráter relevante considerando a carência de estudos que articulem imagens e concepções curriculares, sobretudo no campo jurídico, conforme Fischman (2004, 2008), Leite (2014), Leite e Dias (2015).

O presente texto se organiza em seções, tendo, após esta introdução, a apresentação da metodologia utilizada para a realização da interpretação e análise das imagens, o Método Documentário de Interpretação, bem como o desenho e sua interpretação. Após, refletimos sobre as questões que tocam as concepções curriculares nos cursos de Direito e relacionamos com a interpretação realizada a partir da imagem em questão. Por fim, as considerações que emergem deste trabalho.

Método Documentário de Interpretação – a metodologia em questão e as possíveis reflexões a partir das imagens

Os estudos em imagens realizados pelo grupo de pesquisa Laboratório Imagens da Justiça são desenvolvidos no campo metodológico a partir do Método Documentário de Interpretação, desenvolvido por Bohnsack (2007; 2020), cuja origem remonta à Karl Mannheim. Este método qualitativo de análise, próprio das ciências sociais e que se volta ao campo empírico (Bohnsack, 2007, 2020), destaca os elementos visuais que compõem as imagens, a partir de três níveis de análise: pré-iconográfico, iconográfico e iconológico.



O nível pré-iconográfico se caracteriza por tentar responder ao questionamento “o quê?”, ou seja, por realizar uma avaliação da composição a partir dos elementos imagéticos. O segundo nível de análise, o iconográfico, ainda observando a pergunta “o que?”, se volta à compreensão do senso comum sobre os elementos que compõem a produção visual. Por fim, no nível iconológico, se distingue por romper com o senso comum, ou seja, o intuito é analisar “como” se produziu a imagem considerando o contexto da produção, como as questões históricas, culturais e sociais em que se encontra o produtor da imagem.

Ainda sobre os níveis, Bohnsack (2007, p.290) ensina que “a diferença entre interpretação iconográfica e iconológica corresponde à mudança da interpretação imanente para a interpretação documentária”. Do mesmo modo, o autor explica que no Método Documentário, ao perguntarmos sobre o “como” da produção imagética, “ao invés de questionar o que são fenômenos ou fatos sociais, o pesquisador deve dirigir suas atenções para a compreensão de como estes são constituídos” (Bohnsack, 2007, p. 291).

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do grupo, permitem compreender que as imagens não apenas se mostram como reprodutoras ou ilustradoras da realidade social, pelo contrário, elas constituem a sociedade. “É, portanto, errado pensar que as imagens são um vetor neutro e apenas transmitem uma realidade: elas fazem escolhas que não se podem compreender a não ser que comparadas com a encenação do julgamento” (Garapon, 2014, p.62). Assim, desenvolver estudos que possam compreender a produção imagética e os desdobramentos que dela se derivam, como neste trabalho, analisar e discutir sobre as concepções curriculares do curso de Direito a partir de uma imagem, enriquece o campo dos estudos e assinala para a relevância e a pertinência destas pesquisas.

Os níveis de análise propostos pelo Método Documentário tendem a proporcionar uma interpretação que permite compreender a imersão dos autores no contexto social em que vivem (BOHNSACK, 2007; 2020), contribuindo, no caso em questão, para a compreensão das perspectivas curriculares que encontramos nos cursos de Direito, sobretudo a partir da discussão das imagens da justiça produzidas por docentes e discentes. “O crescente interesse dos estudiosos em investigar as experiências visuais e os estudos sobre os observadores (aqueles que observam as imagens) e o observado (as imagens) se pautam em uma realidade social e



cultural inconfundível: as imagens se tornaram onipresentes e meios esmagadores de difundir signos, símbolos e informação” (Fischman, 2004, p.5).

Ainda na perspectiva de interpretarmos as imagens a partir do “como”, ou seja, considerarmos seu contexto de produção, Bohnsack (2007, p.288) afirma que “O fato de compreendermos o cotidiano através de imagens significa que nosso mundo, nossa realidade social não é apenas representada de forma imagética, mas também constituída ou produzida dessa forma”. As imagens, portanto, não são meras ilustrações, elas possuem informação, elas são dotadas de significados, o que torna potente o estudo sobre os currículos a partir das produções imagéticas.

Após destacar como se constitui o Método Documentário de Interpretação, apresentamos a imagem analisada para este trabalho e a descrição da análise em cada nível da interpretação.

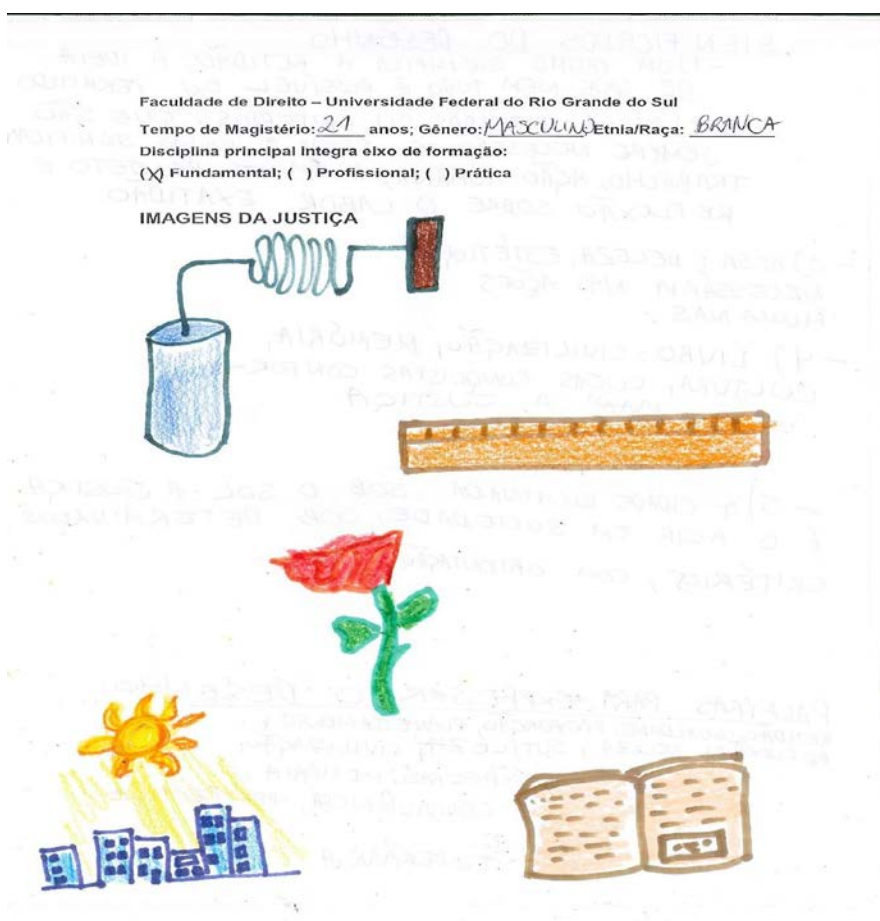


Figura 1 – imagem da justiça produzida por um docente de uma Universidade pública do Rio Grande do Sul



Inicialmente cabe destacar que a imagem foi produzida por um docente do gênero masculino, de cor branca, com 21 anos de magistério e que ministra disciplinas do eixo fundamental, ou seja, aquelas que são desenvolvidas a partir da relação do curso de Direito com outras áreas do conhecimento. São, geralmente, as disciplinas ministradas no início do curso, que pretende integrar o estudante ao campo dos estudos jurídicos.

Esta caracterização pode ser importante para identificarmos o perfil do profissional que produziu a imagem. Neste trabalho é relevante considerar que estamos analisando a produção de um docente com um tempo bastante expressivo no magistério e que atua em disciplinas de extrema relevância na formação dos estudantes, haja vista que este professor será um dos primeiros com quem os futuros profissionais terão contato no curso.

Sobre os níveis de análise, iniciaremos pelo pré-iconográfico. É possível perceber na imagem cinco figuras que ocupam toda a folha, desenhadas e pintadas aleatoriamente, no canto superior à direita, no meio e nos cantos inferiores da folha. No canto superior à direita, observa-se o sólido geométrico de um cilindro, pintado e contornado na cor azul. Ao lado, linhas onduladas que se unem a outras paralelas que formam um retângulo, pintado de marrom. Um pouco mais abaixo, identifica-se um duas linhas paralelas, que formam um retângulo, com pequenos traços em seu interior, pintado e contornado com a cor marrom. No centro da folha, percebe-se um trapézio pintado e contornando na cor vermelha, juntamente com linhas onduladas pintadas e contornadas na cor verde. E na parte inferior da folha, ao lado direito, observa-se um conjunto de linhas horizontais e verticais na cor azul, que formam alguns retângulos, sendo alguns maiores que os outros. Acima desses retângulos, identifica-se também um círculo pintado e contornado na cor amarela, com linhas onduladas na volta do seu contorno. E ao lado inferior, esquerdo da folha, percebe-se linhas horizontais e verticais fechadas contornadas na cor marrom, que formam dois quadrados, desenhados um ao lado do outro. Dentro desses quadrados, observa-se pequenos traços na cor marrom.

Após realizarmos a identificação dos elementos da imagem, passamos para a realização da interpretação no nível iconográfico, no qual ainda temos a preocupação de responder ao questionamento “o quê”, no entanto, procurando identificar a posição do produtor da imagem e as tipificações do senso comum em relação a ela.



Ao olharmos para o objeto desenhado na parte superior da folha, identificamos um cilindro azul ligado a uma linha marrom que sugere representar a figura de um prumo. Mais abaixo, o retângulo marrom com pequenas linhas em seu interior indica estar representando uma régua. Já ao centro da folha, o trapézio vermelho ligado às linhas verdes parece com uma flor, a rosa. No seu caule verde, pode-se observar a ilustração do que parecem duas folhas e um espinho. Na parte de baixo da folha identificamos duas imagens. Ao lado direito, o círculo amarelo parece representar um sol e os retângulos azuis, edificações que sugerem uma cidade. Ao lado esquerdo, os dois quadrados pintados de marrom sugerem ser um livro aberto e os tracejados em seu interior remetem à escrita.

O terceiro e último nível de interpretação é o iconológico. Nele, reconhecemos a mudança quanto ao questionamento no método interpretativo. Se antes pretendíamos analisar “o quê”, agora estamos analisando “como” a imagem foi produzida, considerando o contexto de sua produção, especialmente refletindo a partir do produtor da imagem e suas questões culturais e sociais.

Na imagem em análise, é possível observar que ela preenche toda a folha e na parte superior apresenta figuras que remetem à ordem, à exatidão. O prumo e a régua são elementos de medição. O prumo é um instrumento que mede a verticalidade de algo, ou seja, que verifica a direção. Já a régua, outro instrumento de medida, serve também para traçar segmentos de reta, de regra. A análise iconológica destes elementos imagéticos nos faz refletir sobre a imagem da justiça produzida por este docente, que no primeiro momento, é manifestada pelo prumo e pela régua, o que remete ao controle, à ordem social que estes elementos caracterizam.

No centro da folha percebemos a imagem de uma rosa, com duas folhas e um espinho em seu caule. Este elemento visual pode trazer um ponto de leveza à justiça. Ainda que a rosa contenha espinhos, em contraponto à justiça que se propõe à ordem, a rosa remete à beleza, à natureza, às relações interpessoais. Desse modo, o desenho da flor destacado no centro da folha não nos parece por acaso, mas um ponto de luz para um novo olhar à justiça. Ao desenhar um elemento que remete ao belo, o docente traz à imagem questões que podem direcionar para uma justiça que contesta a retidão dos elementos destacados na parte superior da folha. Nesta interpretação, analisamos os elementos à luz do contexto de sua produção, considerando a emancipação sobre a compreensão da justiça para este docente.



Os elementos que estão desenhados na parte inferior da folha acompanham a coerência da análise realizada. A cidade iluminada pelo sol e o livro, emergem como imagens que refletem a sociedade de maneira mais justa e democrática, diferente daquela justiça rígida, que emana somente a ordem. A cidade iluminada pelo sol e o livro, são elementos que parecem evocar imagens da justiça em seu sentido mais amplo, de forma a pretender uma sociedade mais democrática, com acesso à justiça. O livro, enquanto um objeto que reúne e compartilha conhecimento, pode recorrer ao acesso à justiça, o que caracteriza uma sociedade que se desenvolve na democracia.

Os desenhos, portanto, parecem estar organizados inicialmente a partir da justiça que se caracteriza pela ordem, que não se volta aos aspectos sociais que distinguem a sociedade. No desenvolvimento da imagem, podemos perceber um desenvolvimento que leva à emancipação desta visão reducionista da justiça, ao contemplar a rosa e o que ela emana com a sua beleza e, por fim, uma cidade iluminada, tanto pelo sol, quanto pelo conhecimento que pode ser irradiado através dos livros.

Concepções curriculares e as imagens da justiça – possíveis reflexões

Os estudos de Leite (2003), Henning (2008), Schmidt (2019), Brum, Cunha e Leite (2021) revelam a potência das contribuições que os estudos com imagens podem trazer às pesquisas desenvolvidas no campo das concepções curriculares sobre os cursos de Direito, enquanto possibilidade para repensar o ensino jurídico brasileiro a partir da pedagogia jurídica², conceito desenvolvido por Leite (2003).

O ensino alicerçado na formação jurídica dogmática é uma herança ainda presente nos cursos de Direito do Brasil. O “direito ocidental nos aparece como cultura universal, única escolha racional possível em nosso horizonte jurídico. Estudos sobre currículo têm questionado essa preponderância da cultura ocidental” (HENNING, 2008, p. 70). O tradicional enfoque

²Segundo LEITE (2004, p. 1) “Pedagogia Jurídica é o campo do conhecimento que estuda os processos de educação jurídica, a qual ocorre mediante o ensino e aprendizagem dos princípios, das normas, dos institutos e dos procedimentos jurídicos de caráter oficial ou não, dos significados criados por seus conteúdos e aplicações, pelas formas de regulação produzidas, mediante processos interativos desenvolvidos por pessoas e instituições em tempos e espaços determinados”.



baseado estritamente em normas e leis, por vezes sobreposto às questões que permitem refletir sobre o ensino jurídico orientado de maneira mais alargada, ou seja, que considere as questões culturais e sociais na construção do conhecimento, caracteriza a formação jurídica do nosso país (Leite e Schmidt, 2018) e, desse modo, “ao tentar encaixar fenômenos complexos em molduras rígidas, o direito desconsidera as peculiaridades” (Filho, Asensi, Raskovisch, p.1675)

A análise de uma imagem da justiça produzida por um docente, aponta para reflexões sobre questões que dizem respeito a sua formação e, sobretudo, ao ensino que este professor irá desenvolver na academia. Além disso, as questões de ordem cultural e social que o constituíram, de tal maneira estará presente na sua concepção curricular, o que de alguma forma poderá tangenciar a formação dos estudantes. Na análise da imagem investigada neste trabalho, podemos perceber que o desenho do docente se relaciona com uma concepção de justiça que pretende enfraquecer o tradicional ensino dogmático, possibilitando refletir sobre um currículo mais justo, que reconhece as diferenças que compõem a sociedade, olhando para todas e todos como sujeito que constituem este meio social. O docente, parece desenhar a partir de uma linha do tempo, onde a justiça e, logo, a concepção curricular do Direito, se constituiu sob as regras e exatidão das normas e, ao longo do tempo, desabrocha para uma visão social, que avista os sujeitos e reconhece a multiplicidade que constitui a sociedade, permitindo que esse olhar plural também constitua o olhar sobre a justiça.

Entendemos que as reformas curriculares sobre o ensino jurídico se mostram preocupadas com a proposta de um currículo mais alargado sobre as questões sociais e interdisciplinares e, da mesma forma, reconhecemos seus avanços. Ainda assim, as pesquisas com imagens investidas pelo grupo apontam para questões sobre um ensino bastante tradicional, com poucos investimentos em debates sobre os contextos pedagógicos desta área.

Na perspectiva curricular, as discussões sobre o currículo jurídico e seus desdobramentos merecem destaque. “O currículo constitui-se como um artefato cultural, político, social, discursivo, democrático, histórico, de relações de poder e de saber, que expressam e orientam certas finalidades e objetivos do sistema educacional e a formação dos sujeitos” (Brum, Cunha e Leite, 2021, p.9). Desse modo, os estudos sobre a pedagogia jurídica trazem relevância para a formação dos futuros profissionais do Direito. O currículo, sobretudo, ao se constituir como artefato cultural e permitir diálogos interdisciplinares, que reforcem as



questões políticas e sociais, contribuí para a formação de uma sociedade mais justa e democrática.

No contexto curricular, a justiça curricular³ emerge como uma possibilidade para olharmos à diversidade que constitui a sociedade e o quanto isso pode influenciar na elaboração do currículo, contribuindo para o desenvolvimento do processo de democratização social. As imagens da justiça, de todo modo, permitem perceber o quanto o currículo se volta, ou não, a esta justiça curricular.

A análise das imagens a partir da perspectiva curricular possibilita “constatar uma ampla gama de aspectos culturais que perpassam o currículo e suas conformações” (LEITE; DIAS, 2015, p. 41). Na imagem em questão, a produção imagética nos permite refletir que este docente consegue compreender a justiça e o Direito em seus aspectos sociais. Não nos parece que tenha sido ao acaso seu desenho de uma cidade iluminada ao lado de um livro aberto, o que pode evocar a potência do currículo do curso de Direito na direção da justiça curricular e da democratização social. E este é um desafio da pedagogia jurídica, possibilitar que os estudantes tenham suas formações a partir de currículos jurídicos e sob a perspectiva da formação de profissionais que atuem com vistas a pensar na justiça social, refletindo sobre as desigualdades sociais e o reflexo delas sobre a sociedade. Desse modo, “o currículo torna-se, assim, essa luta política por sua própria significação, mas também pela significação do que vem a ser sociedade, justiça social, emancipação, transformação social” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 253).

Considerações

Este trabalho se situa no contexto da pesquisa que está sendo realizada junto ao projeto "Imagens da Justiça, Representações Curriculares e Pedagogia Jurídica: um estudo comparativo", desenvolvido pelo grupo Imagens da Justiça. A partir da análise de uma imagem da justiça produzida por um docente do curso de Direito de uma instituição pública do Rio Grande do Sul percebemos o quanto as imagens são potentes para discussões no campo curricular.

³ Para Jurjo Torres Santomé (2013, p.10), “Referir-se à justiça curricular implica considerar as necessidades do presente para em seguida analisar de forma crítica os conteúdos das distintas disciplinas e das propostas de ensino e aprendizagem com as quais se pretende educar as novas gerações e prepará-las para a vida”.



Apoiada no Método Documentário de Interpretação, observamos que os elementos imagéticos que compõem o desenho nos levam a refletir sobre concepções curriculares do curso de Direito que perpassam às questões dogmáticas até uma pluralidade de sentidos, reconhecendo um alargamento da visão de justiça e, sobretudo, das contribuições curriculares do curso para uma sociedade mais justa e democrática.

A produção de uma imagem por um docente que tem larga experiência no magistério e ministra disciplinas do eixo fundamental no curso de Direito reflete sobre como foi influenciado por sua formação e como este arcabouço que o constituiu irá constituir aqueles estudantes do curso em que se situa. A composição da imagem, inicialmente com uma proposta de justiça dogmática, exata, reta, possivelmente aponta para a formação do docente. Já o desenho dos demais elementos, que se situam na parte central e ao fim da folha, podem levar a pensar sobre a sua perspectiva enquanto docente, e o quanto essa justiça se transformou. As concepções curriculares, portanto, podem ser percebidas a partir dos elementos desenhados.

A análise de imagens, portanto, aponta para possíveis reflexões no campo curricular, neste estudo, especialmente, nos cursos de Direito. A partir do entendimento do currículo, que se manifesta como um artefato cultural, um instrumento que possibilita pensar sobre a justiça curricular e a transformação social, é possível compreender o quanto as imagens podem contribuir para os estudos da emancipação do ensino jurídico brasileiro, potencializando o currículo como produtor de sujeitos que reflitam sobre uma sociedade mais justa e democrática.

Referências:

BOHNSACK, Ralf. A interpretação de imagens e o Método Documentário. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 286-311, jun./dez. 2007.

BOHNSACK, Ralf. *Pesquisa social reconstrutiva: introdução aos métodos qualitativos*. Petrópolis: Vozes, 2020.

BRUM, L. P; CUNHA, N. F; LEITE, M. C. L. IMAGENS E CURRÍCULOS: o que dizem as tiras de Armandinho sobre os currículos escolares? *Revista Espaço do Currículo*, v. 14, n. 3,



p. 1-14, 2021. ISSN2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579>.

2021v14n3.59105

FILHO, Roberto Fragale; ASENSI, Felipe Dutra; RASKOVISCH, Silvia Primila Garcia.

Pensando o ensino do Direito através de uma pesquisa: contribuições sob a perspectiva da sociologia jurídica. Anais do XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI. UNICAP, 2006, p.1674-1694.

FISCHMAN, Gustavo Enrique. Reflexões sobre imagens, cultura visual e pesquisa educacional. In: CIAVATTA, Maria (Org.). Educação e Imagens. São Paulo: Vozes, 2004. p.109-127.

FISCHMAN, Gustavo Enrique. Las fotos escolares como “analizadores” en la investigación educativa. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 79-94, jul./dez. 2006.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6846>. Acesso em: 6 set. 2023.

GARAPON, Antonie. A justiça posta em imagens: para novos desafios, novas garantias. In. Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica. (Org). Maria Cecília Lorea Leite. 2014, p.61-76.

HENNING, A. C. C. Conexões entre cultura popular e cultura acadêmica: recontextualização curricular na prática de pesquisa jurídica do curso de direito da Anhanguera Educacional/Faculdade Atlântico Sul em Pelotas. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Pelotas, RS, UFPel, 2008. 342, p

LEITE, Maria Cecília Lorea (Org.). Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica. Porto Alegre: Sulina, 2014.



LEITE, Maria Cecilia Lorea. DIAS, Renato Duro. A justiça que se tem e a justiça que se quer: educação jurídica e análise de imagens. In: BRAUNER, Maria Claudia Crespo; LOBATO, Andreson Orestes Cavalcante. Direito e Justiça Social a construção jurídica dos direitos de cidadania. Rio Grande. Editora da Furg, 2015. p. 113-132

LEITE, M. C. L. Decisões pedagógicas e inovações no ensino jurídico. v. I. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, UFRGS, 2003. 319, p.

LEITE, M. C.; SCHMIDT, E. S. **Justiça curricular e suas imagens: um estudo no contexto de cursos de Direito**. In: LEITE, M.C.; HENNING, A.C. C.; DIAS, R. D. (Orgs.) Justiça Curricular e suas imagens. Porto Alegre: Sulina, p. 143 -172, 2018.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez: 2011.

SCHMIDT, Ernani Santos. **Cultura Vade Mecum ou da injustiça curricular: uma análise sobre o ensino jurídico brasileiro a partir de imagens da justiça produzidas por estudantes de graduação em direito no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPel, Pelotas/RS, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8219236. Acesso em: 12 set. 2023.